



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
OITAVA CÂMARA

Processo nº. : 10840.001080/98-97  
Recurso nº. : 129.691  
Matéria : IRPJ - Ex.:1994  
Recorrente : ANHANGUERA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S/C LTDA.  
Recorrida : DRJ – RIBEIRÃO PRETO/SP  
Sessão de : 15 de outubro de 2003  
Acórdão nº : 108-07.543

IRPJ - FALTA DE AJUSTE NO LALUR - VALORES OBJETO DE LANÇAMENTO DE OFÍCIO EM PERÍODO-BASE ANTERIOR - Mantem-se o lançamento quando diligência confirma que ajustes de ofício realizados em períodos anteriores não foram considerados nas razões apresentadas.

IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA - COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS – COMPROVAÇÃO - A possibilidade de compensação de prejuízos acumulados depende da comprovação de sua existência.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso voluntário interposto por ANHANGUERA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S/C LTDA.,

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Gadelha' followed by a surname.  
MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS  
PRESIDENTE

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Malau' followed by a surname.  
IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO  
RELATORA

FORMALIZADO EM: 04 NOV 2003

Processo nº. : 10840.001080/98-97  
Acórdão nº. : 108-07.543

Participaram ainda do presente julgamento, os Conselheiros: NELSON LÓSSO FILHO, LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA, KAREM JUREIDINI DIAS DE MELLO PEIXOTO, JOSÉ CARLOS TEIXEIRA DA FONSECA e MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR. Ausente justificadamente o Conselheiro JOSÉ HENRIQUE LONGO.



Processo nº. : 10840.001080/98-97  
Acórdão nº. : 108-07.543

Recurso nº. : 129.691  
Recorrente : ANHANGUERA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/C LTDA

## RELATÓRIO

Trata-se de Retorno de diligência em atendimento à Resolução 108-00.180 de 19/06/2002 decorrente do recurso interposto por ANHANGUERA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/C LTDA.

Revisão sumária da DIRPJ/1994 consignou, no mês de fevereiro de 1993, prejuízo fiscal indevidamente compensado na demonstração do lucro real. Informou o sujeito passivo que desconhecia o motivo da divergência entre os valores dos prejuízos compensados declarados e aqueles constantes dos registros da Receita Federal.

O prejuízo efetivo no segundo semestre de 1992 fora Cr\$ 347.290.226,00 e não os Cr\$ 177.355.980,00 constantes dos sistemas da Receita Federal. Anexou as DIRPJ 1993 e 1994.

Decisão da 3ª Turma de Julgamento da DRJ de Ribeirão Preto/SP deu provimento parcial ao recurso. Informou que o valor correto do saldo de prejuízos acumulados, até fevereiro de 1993, seria de Cr\$ 177.355.980, conforme Histórico de Compensação de Prejuízos Fiscais de fls. 80.

A diferença do lançamento decorreu de lançamento de ofício na DIRP/1993. Após esse evento restou um saldo de prejuízo a compensar, em fevereiro de 1993, no valor de Cr\$ 171.484,00. Demonstra a evolução dos prejuízos a compensar no quadro inserto às fls. 85. Reduz o lançamento para o valor original de R\$ 7.166,93..



Processo nº. : 10840.001080/98-97  
Acórdão nº. : 108-07.543

O recurso reiterou as razões apresentadas na impugnação. Insistiu no fato de que a compensação decorreria de resultado do exercício encerrado em 31/12/1992. Alegou cerceamento do seu direito de defesa por desconhecer os ajustes procedidos no exercício anterior e pela negativa da realização de diligência.

O julgamento do recurso na sessão de 19/06/2002 foi convertido em diligência, conforme fls. 122/126. Despacho de fls. 131 julga esclarecida a dúvida suscitada e devolve o processo. Novo Despacho às fls.134/135 remete o processo à autoridade preparadora para maiores esclarecimentos. Informação Fiscal foi concluída conforme fls. 149/150.

É o Relatório :  
*fsd*

Processo nº. : 10840.001080/98-97  
Acórdão nº. : 108-07.543

## V O T O

Conselheira IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO - Relatora

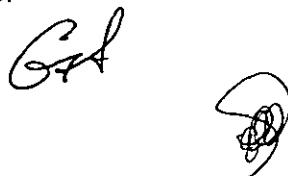
O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade e dele tomo conhecimento.

Decorreu o lançamento de revisão sumária da DIRPJ/1994, através das "malhas fazenda", para imposto de renda pessoa jurídica. A diferença naquele exercício originou-se em ajuste de ofício procedido no ano anterior, conforme resumo de Histórico da Compensação de Prejuízos Fiscais, inserto às fls. 80.

À simples leitura daquela página não me propiciou uma conclusão precisa sobre os fatos narrados nas razões apresentadas. Por isto solicitei diligência para que me esclarecessem se teria a recorrente tomado ciência das alterações procedidas na DIRPJ 1993. As razões de recurso insistiam na informação de que as declarações prestadas à administração tributária, através das DIRPJ 1993 e 1994 estariam de acordo com seus assentamentos contábeis e fiscais.

A Informação fiscal de fls. 149/150 dirimiu a dúvida, quando assim falou:

"A fim de verificar o correto saldo dos prejuízos fiscais acumulados em 31/12/1992, utilizados pela empresa para compensação dos lucros apurados nos meses de janeiro e fevereiro de 1993, a fiscalização confrontou as informações constantes nos sistemas SRF - SAPLI (Demonstrativo da Compensação de Prejuízos Fiscais (fls. 146 a 148), inclusive aquelas constantes da consulta de fls. 141 e 142, com àquelas consignadas pela contribuinte na DIRPJ - período base 1992 (fl.15) e Livro LALUR (fls. 139/140), tendo constatado o seguinte:



Processo nº. : 10840.001080/98-97  
Acórdão nº. : 108-07.543

em 30/03/1997 a DIRPJ do período-base de 1992, foi retirada dos sistemas da MALHA/FAZENDA, conforme se comprova pelas cópias do lançamento complementar (fls. 143/145) e das telas do sistema SAPLI (fls. 141 e 142), através do qual foi reduzido o prejuízo fiscal apurado naquela DIRPJ - quadro 14 - linha 28, no valor de Cr\$ 347.290.226,00 (fls. 15 e 141) para Cr\$ 177.355.980,00 (fls. 142).

(...)

A fiscalização constatou ainda, que apesar de constar no processo informação a respeito da redução do prejuízo fiscal resultante da Malha/Fazenda ano calendário de 1992 (fls. 80 a 86), a empresa não efetuou os acertos no LALUR (fls. 139/140) e insiste em pleitear a compensação daqueles valores primitivos, ignorando inclusive os acertos efetuados pela DRJ/Ribeirão Preto (fls. 81/85).

Assim sendo, considerando os ajustes efetuados no sistema SRF, relativamente aos saldos de prejuízo fiscal, decorrentes daquela MALHA/FAZENDA (período-base 1992), o saldo existente em 31/12/1992, correspondeu ao montante de Cr\$ 177.355.980,00, que após a atualização monetária relativa ao mês de janeiro/1993 e a compensação do lucro real apurado naquele mês de Cr\$ 95.568,00, restou um saldo corrigido em fevereiro no montante de Cr\$ 171.481,00, conforme se constata no SAPLI (fls. 146). Saldo este utilizado pela DRJ/Ribeirão Preto para compensação de parte do lucro real apurado naquele mês (02/93) conforme acórdão (fls. 83 a 86)"

Agora comprovada a incorreção no procedimento recorrido, pois não havia saldo a compensar em montante superior aquele apropriado na decisão de primeiro grau, concluo meu voto negando provimento ao recurso.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2003.

  
Ivete Malaquias Pessoa Monteiro.

  
G.S.